

Discurso Paulo Corrêa

Senhores Deputados:

Ao iniciar o sétimo mandato nesta Casa, assumo hoje, honrado e agradecido, as desafiadoras atribuições de Presidente do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul.

As seguidas reeleições, eu as devo ao voto de confiança, seguidamente renovado pelo cidadão eleitor, a quem reafirmo o meu compromisso de honra, de prosseguir, com meus colegas de Parlamento, na árdua tarefa de construir uma estrutura jurídico-legal à altura das transformações socioambientais, econômicas, políticas e culturais de nosso estado.

Quanto a minha condução, neste momento, à Presidência desta augusta Assembleia Legislativa, esta é fruto, sobretudo, de uma confluência generosa de vontades independentes de meus pares nesta Casa.

Recebo, pois, as honrosas e desafiadoras atribuições, com sincera humildade, mas também com a absoluta determinação de dedicar o melhor de mim à frente do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Sou grato aos que sufragaram meu nome. Porém, o meu compromisso é com todos os membros desta Casa, pela grandeza institucional do Poder Legislativo.

E, acima de tudo, está o dever que irmana a todos nós, membros deste Parlamento, que é o responder aos anseios e esperanças da sociedade, por um Mato Grosso do Sul mais próspero e solidário.

Devemos ter muito a clara dimensão dos desafios que temos pela frente.

A difícil conjuntura nacional, de prolongada crise econômica, com índices alarmantes de desemprego, tem gerado frustração social, e corroído a receita fiscal da União, dos estados e dos municípios, comprometendo obras e serviços públicos, e desestimulando investimentos privados.

Nesse cenário, mesmo os estados que se esforçam ao extremo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, como é o caso de Mato Grosso do Sul sob a competente direção do governador Reinaldo Azambuja, são duplamente sacrificados.

Confrontar esses grandes desafios não é tarefa exclusiva do Poder Executivo, mas de todos os Poderes Constituídos, que não podem renunciar às responsabilidades que a grave conjuntura nos impõe.

Portanto, assumo a Presidência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul ciente da gravidade do momento, e absolutamente comprometido com o esforço que deve irmanar Executivo, Legislativo e Judiciário para, nos limites de nossas atribuições, construirmos soluções duradouras.

Senhores Deputados, ilustres autoridades:

As últimas eleições assinalaram paradigmas absolutamente novos nas relações entre a cidadania e a representação política, abolindo praticas tradicionais de convencimento do eleitor.

Essas abruptas e espontâneas transformações alavancaram a eleição do Presidente Bolsonaro e, no contexto de Mato Grosso do Sul, conferiram ao governador Reinaldo Azambuja um segundo mandato.

É no contexto desses novos e desafiadores tempos, que o Poder Legislativo tem o dever político e cívico de, além de suas atribuições constitucionais, assumir responsabilidades sociais e éticas que contribuam, de fato, para a superação das muitas dificuldades.

Neste sentido, verbalizo aqui a voz uníssona de meus pares nesta Casa, para proclamar nosso compromisso com a austeridade, com a absoluta dedicação à tarefa de legislar pela construção de uma sociedade mais justa e solidária. E, principalmente, contribuir para a redução das desigualdades, para o combate à violência e para a ampliação das oportunidades.

Para tanto, é fundamental aprofundar a interação institucional do Poder Legislativo com o Executivo e, de forma especial, com o Judiciário e com o Ministério Público Estadual, na busca de pactos e consensos em benefício da cidadania.

Somos um estado potencialmente rico, com um agronegócio de vanguarda, patrimônio ambiental inestimável e uma localização geográfica estratégica, tanto em relação aos grandes mercados internos do Sul-Sudeste e ao acesso aos portos do Atlântico, quanto no que diz respeito à tão sonhada saída para o Pacífico.

Porém, o nosso mais valioso patrimônio está em nossa gente laboriosa e determinada.

Os nossos jovens, a quem temos o dever de honra de legar um futuro melhor, os trabalhadores, os profissionais liberais, os professores e os empresários, todos enfim que aqui vivem, formam o extraordinário capital humano e social que nos compete preservar e promover.

Permitam-me, os meus colegas de Parlamento, e os que nos honram com suas presenças, expressar o meu preito de gratidão a este meu querido chão que, muito antes de se tornar Mato Grosso do Sul, um dia acolheu meus pais, humildes migrantes nordestinos que aqui fizeram a vida e me trouxeram ao mundo.

Nesta terra de oportunidades, meus três irmãos e eu conseguimos frequentar a universidade, muito pela devotada dedicação de nossos pais, que tinham a educação dos filhos como a grande herança que nos podiam deixar.

Engenheiro civil, eu fazia carreira na iniciativa privada, quando fui convidado pelo então governador Pedro Pedrossian, de saudosa memória e magnífica trajetória, a ingressar na vida pública como seu secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano, em 1990.

Aquele aprendizado com um dos mais inspirados homens públicos de seu tempo, despertou em mim a vocação de seguir servindo ao povo de meu estado, através do mandato parlamentar.

Do 'batismo de fogo' nas urnas, saí como suplente, assumindo uma cadeira nesta Casa em 1997.

Desde então, o voto popular me outorgou seis sucessivos mandatos, aos quais tenho me dedicado com total empenho e absoluta humildade.

Em todos estes anos firmei, com meus colegas parlamentares, a convicção de que, tão importante quanto votar leis é mobilizar as prerrogativas do Legislativo para, em articulação com os outros Poderes e com o Ministério Público, fazer cumpri-las.

Foi esse o caso da CPI que tive a honra de presidir em 2015, e que obrigou a concessionária de energia a devolver, em três anos, duzentos milhões de reais cobrados a mais dos consumidores.

Infelizmente, só para referir, hoje estão de volta as denúncias de cobranças abusivas pela mesma concessionária.

Porém, é diante de desafios crescentes, de demandas que emergem de uma sociedade em transformação vertiginosa, que o Poder Legislativo haverá de confirmar sempre a sua inderrogável atribuição constitucional, de edificar uma legislação que contemple a dinâmica sociocultural, econômica e política do Mato Grosso do Sul contemporâneo.

Este é o sagrado compromisso de todos e de cada um dos vinte e quatro deputados trazidos a esta Casa pelo voto popular.

Aos que chegam agora, invoco o testemunho dos que têm seus mandatos renovados, para lhes assegurar que aqui encontrarão, além de fraterna e construtiva convivência entre seus pares, o suporte técnico e a assessoria qualificada de um quadro de servidores capacitados, de cuja dedicação profissional sou admirador.

A propósito, e por dever de justiça, neste momento solene quero agradecer a dedicação e a competência do pequeno e imbatível time de meus colaboradores diretos, à cuja qualidade profissional, retidão de caráter e empenho pessoal devo muito do percurso que fiz até aqui.

Senhores Deputados, autoridades que nos honram com suas presenças:

O estado democrático de direito, todos sabemos, se assenta sobre os pilares do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, e se confirma na interdependência harmoniosa e altiva desses Poderes, em benefício da sociedade.

Nesta perspectiva, é fundamental reconhecer que, sob a equilibrada chefia do governador Reinaldo Azambuja, o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul tem buscado construir, com este Poder Legislativo, convergências que, além das respectivas atribuições constitucionais, se corporificam em importantes conquistas sociais.

Estaremos, o governador e eu, empenhados em avançar nessas conquistas, e em estreitar permanentemente as relações institucionais entre o Legislativo e o Executivo, sempre nos limites da autonomia de cada um dos Poderes.

De igual modo, as relações de estima e de mútuo apreço que nos unem ao excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Paschoal Carmelo Leandro; ao ínclito Procurador-Geral do Ministério Público Estadual, doutor Paulo Cezar dos Passos; e ao lúcido conselheiro Iran Coelho das Neves, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, estarão sempre a serviço do aprimoramento de nossas instituições.

Por fim, e fiel ao assentado no Evangelho, quando diz que os últimos serão os primeiros, peço licença para, com íntimo sentimento de gratidão e de afeto, agradecer aos meus queridíssimos filhos Kenneth e Kristiane; e, do fundo do meu coração, expressar de público o mais comovido reconhecimento à minha esposa Adriana, pelo carinho e aconchego que restauram o ânimo, e pela solidariedade incondicional, de que só o amor é capaz.

Muito obrigado a todos.
E que Deus nos inspire.